



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

06/07/2018

INDICE

1. JORNAL O DEBATE	
1.1. SINDJUS.....	1
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. SERVIDOR PÚBLICO.....	2
2.2. SINDJUS.....	3 - 5
3. JORNAL O PROGRESSO	
3.1. CONVÊNIOS.....	6 - 7
3.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	8
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. CONVÊNIOS.....	9 - 11
4.2. DECISÕES.....	12 - 13
4.3. DESEMBARGADOR.....	14
4.4. PLANTÃO NO TJMA.....	15
4.5. PROGRAMA JUSTIÇA CIDADÃ	16
4.6. SINDJUS.....	17

Bate **Rebate**

CANDIDATO



O presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (SINDJUS/MA), Aníbal Lins encaminhou documento a presidente nacional do PT, senadora Gleisi Hoffmann, com cópia para ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, colocando o seu como pré-candidato a governador pelo Partido dos Trabalhadores. Intitulado “Carta Aberta aos Militantes e Dirigentes do PT do Maranhão (PT/MA), o documento que crítica a possibilidade do governador Flávio Dino (PCdoB) apoiar Ciro Gomes (PDT) para presidente da República em detrimento do nome de Lula.(Blog do Robert Lobato)

ALEMA.....

Alteração do Fundo de Benefícios dos Servidores

O Plenário da Assembleia Legislativa aprovou, na manhã da última quarta-feira (4), a Medida Provisória 273/2018, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei Estadual 7.374, de 31 de março de 1999, que instituiu o Fundo de Benefícios dos Servidores do Maranhão (Funben).

O texto da Medida Provisória, em seu Art. 1º, diz que fica instituído o Fundo de Benefícios dos Servidores do Estado do Maranhão (Funben), vinculado à Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores (Segep), e gerido pelo Núcleo de Assistência dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão (NASSP), nos moldes da Lei Complementar 196, de 27 de outubro de 2017.

A MP prevê que dos recursos do Funben, oriundos das contribuições dos servidores e do Estado para custeio dos serviços de assistência à saúde a que fazem jus os servidores públicos estaduais, civis e militares dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público do Estado, será destinada uma taxa de administração de 1,5% para a



manutenção das ações desenvolvidas pelo Núcleo de Assistência dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão (NASSP).

Ainda de acordo com a MP, o Funben será regido segundo normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Administrativo do Fundo de Benefícios dos Servidores do Estado do Maranhão, órgão consultivo, deliberativo e de supervisão superior, na forma disposta na Lei Complementar 196, de 27 de outubro de 2017.

O Conselho Administrativo do Funben, conforme a MP, poderá determinar, a qualquer tempo, a contratação de peri-

tos para a realização de estudos econômicos e financeiros, revisões atuariais, inspeções, auditorias ou tomada de contas, observadas as normas de licitação em vigor.

A Medida Provisória estabelece que os bens e direitos do Funben serão utilizados, exclusivamente, no cumprimento dos seus objetivos, de acordo com programas aprovados pelo Conselho Administrativo do Fundo de Benefícios dos Servidores do Estado do Maranhão, que visem à manutenção do poder aquisitivo dos capitais investidos, rentabilidade compatível com os imperativos atuais do plano

de custeio e segurança dos investimentos.

As aplicações financeiras dos recursos do Funben, de acordo com o texto da MP, serão realizadas, diretamente ou por intermédio de instituições especializadas e credenciadas para este fim por seu órgão gestor, exclusivamente segundo critérios estabelecidos pelo Conselho Administrativo do Fundo de Benefícios dos Servidores do Estado do Maranhão e após aprovação deste, em operações que preencham os seguintes requisitos, de modo a assegurar a cobertura tempestiva de suas obrigações.

Eleições 2018 Eleições 2018 Eleições 2018 Eleições 2018 Eleições 2018 Eleições 2018

INDEFINIÇÃO NO PT

A culpa é das estrelas

Com várias correntes ideológicas e com lideranças "estreláticas" e cada uma delas querendo brilhar, o partido marca sua reunião para o dia 27 de julho, um dia antes das convenções coletivas do grupo Flávio Dino. O PT ainda tem esperanças de poder indicar um nome para o cargo de vice-governador ou para uma vaga ao Senado, mas Aníbal Lins pretende ser candidato a governador.

POLÍTICA

Convenção do PT deve finalizar indecisão

Partido marca sua reunião para o dia 27 de julho, um dia antes das convenções coletivas do grupo Flávio Dino. Aníbal Lins pretende ser candidato a governador



GEORGE RAPOSO

Ainda descontente com a formação da chapa majoritária do grupo em torno da pré-candidatura do governador Flávio Dino (PCdoB) à reeleição, o PT do Maranhão marcou sua convenção para o próximo dia 27 de julho, exatamente um dia antes da convenção coletiva marcada pela aliança.

O encontro terá como principal objetivo sacramentar a questão em torno da proposta da sigla relacionada à participação do partido na chapa majoritária do grupo. O PT ainda tem esperanças de poder indicar um nome para o cargo de vice-governador ou para uma vaga ao Senado.

Atualmente, a chapa majoritária é composta pelo vice Carlos Brandão (PRB) e pelos pré-candidatos ao Senado, Weverton



Chapa majoritária do grupo de Flávio Dino (PCdoB) faz PT do MA marcar sua convenção para o dia 27 de julho



Entendo que, se o PCdoB não apoiar, desde o primeiro turno, a candidatura do presidente Lula à Presidência do Brasil, nas eleições do dia 7 de outubro deste ano, não teremos mais qualquer obrigação de reciprocidade no apoio ao candidato do PCdoB ao governo do Maranhão, Flávio Dino

Aníbal Lins, presidente licenciado do Sindjus-MA

Rocha (PDT) e Eliziane Gama (PPS). Os nomes mais cotados pelo PT para qualquer uma das vagas são do ex-secretário estadual de Esporte e Lazer, Márcio Jardim, e o professor universitário Nonato Chocolate.

Qual caminho seguir?

Apesar de estar bem clara a vontade de entrar na chapa, o PT não tem uma posição unânime de qual vaga pleitear. Para um grupo, com o enfraquecimento de Brandão após sua saída do PSDB, seria mais fácil conseguir emplacar um nome para fazer dobradinha com Dino.

Por outro lado, uma ala do partido acredita que ter um candidato ao Senado Federal seja essencial. Para isso, eles atacam a pré-candidatura de Eliziane Gama, principalmen-

Aníbal quer ser candidato

Apesar da posição contrária da direção nacional do PT, o presidente licenciado do Sindjus-MA, Aníbal Lins, divulgou uma carta aberta aos militantes na qual se autointitula como pré-candidato ao Governo do Maranhão pelo partido. Lins também condiciona a sua pré-candidatura à conjuntura nacional dos candidatos à Presidência da República. A condição primordial é o apoio do PCdoB a Lula no cenário, o que levaria à desistência da deputada Manuela D'Ávila (PCdoB) de seu pleito.

"A partir de hoje, sou pré-Candidato a Governador do Maranhão pelo PT. Se o PCdoB decidir não apoiar a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência do Brasil, desde o primeiro turno das eleições presidenciais", afirma a nota. Aníbal aproveitou para ressaltar a sua importância e reforçou que o objetivo principal do partido é a eleição de Lula, que segue preso, mas ainda não foi considerado inelegível e segue dentro da disputa.

"Tenho plena convicção de que meu nome não envergonha e não envergonhará as hostes do nosso partido. Como também de que posso representar com dignidade, destemor e paixão a missão que ora se descortina no horizonte do nosso partido. Entendo que, se o PCdoB não apoiar, desde o primeiro turno, a candidatura do Presidente Lula à Presidência do Brasil, nas eleições do dia 7 de outubro deste ano, não teremos mais qualquer obrigação de reciprocidade no apoio ao candidato do PCdoB ao governo do Maranhão, Flávio Dino", explicou.

te por ela ter votado a favor do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

Para conseguir pressionar

a aliança, o PT conta com um trunfo fundamental que é o tempo do partido no horário eleitoral gratuito de rádio e te-

levisão. Além disso, os petistas ainda esperam que o ex-presidente Lula consiga barganhar com Dino uma das vagas.

Corregedoria-Geral do MPMA realiza audiência pública para ouvir demandas da sociedade

Evento foi realizado em parceria com as corregedorias do Tribunal de Justiça e da Defensoria Pública

A Corregedoria-Geral do Ministério Público do Maranhão realizou uma audiência pública nesta quinta, 05, no auditório do Fórum de Imperatriz, para ouvir as demandas da sociedade em relação ao sistema de justiça. O evento foi realizado em parceria com as corregedorias do Tribunal de Justiça e da Defensoria Pública do Maranhão com o objetivo de aprimorar os trabalhos das instituições que atuam na defesa dos direitos dos cidadãos.

A audiência foi presidida pelo corregedor-geral do Ministério Público, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau. Também compuseram a mesa de honra o corregedor do Tribunal de Justiça, desembargador Marcelo Carvalho da Silva, e o corregedor da Defensoria Pública, defensor público Augusto Gabina de Oliveira.

Do MPMA, participaram os promotores de justiça Arelton Santos, Newton Barros de Bello Neto, Rita de Cássia Pereira de Souza, Joaquim Ribeiro de Sousa Júnior, Osian Bezerra Pinho Filho, Antonio Coelho Soares, Carlos Róston Martins e Jadilson Cirqueira.

Para o corregedor-geral do MPMA, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, o objetivo da audiência é unir as três instituições para ouvir a sociedade na tentativa de encontrar soluções conjuntas para a resolução das demandas. “Nós avaliamos positivamente este encontro, tendo em vista que todos os representantes das instituições foram muito solícitos e estão dispostos a resolver os problemas da sociedade”, ressaltou Eduardo Nicolau.

O corregedor do Tribunal de Justiça, desembargador Marcelo Carvalho da Silva, afirma que todos os problemas relatados na audiência serão levados para análise na Corregedoria. Ele também destacou que no final do segundo semestre será realizada outra edição do encontro, para dar respostas às demandas registradas nesta audiência e para ouvir novos pedidos.

“O que nós fizemos hoje foi um diálogo com a sociedade. O nosso debate foi pautado na qualidade e nós gostaríamos que a sociedade participasse mais, que procurasse a Ouvidoria e a Corregedoria de cada uma das instituições aqui presentes. Nós estamos abertos às demandas”, enfatizou o desembargador.

Na avaliação do corregedor-geral da Defensoria Pública, Augusto Gabina de Oliveira, a apresentação e a união das instituições para que a população se aproxime e conheça o trabalho de cada uma é indispensável.

“A partir deste debate, teremos melhores resultados. Embora tenhamos atribuições específicas, todas as instituições aqui prestam o mesmo serviço, que é servir à sociedade”, pontuou Augusto Gabina.

Demandas

Para a professora Francisca Dominices, a audiência pública é um momento de grande relevância para a sociedade. A professora afirma que, para se ter acesso à saúde em Imperatriz, é preciso recorrer ao Ministério Público na maioria das vezes. Di-

ante disso, Francisca Dominices pede a criação de mais varas para dar agilidade aos processos na área da saúde.

“As diversas vezes que eu precisei dos atendimentos em saúde, eu tive que recorrer à Promotoria de Justiça da Saúde de Imperatriz, que felizmente me atendeu com eficiência. Mas para a saúde é preciso mais”, ressaltou a professora, que é paciente em tratamento contra câncer.

Deusina Alves dos Santos, também paciente em tratamento contra câncer, pediu orientações sobre como conseguir, em caráter de urgência, um exame de difícil acesso de obtenção na rede pública de saúde. De pronto, o titular da 5ª Promotoria de Justiça Especializada em Defesa da Saúde de Imperatriz, Newton de Barros Bello Neto, a encaminhou para atendimento na Promotoria, onde possam ser tomadas as providências cabíveis para a solução do caso.

Um grupo de esposas e mães de presos reclamou da morosidade nas decisões judiciais para pôr em liberdade os detentos que já estão em regime de liberdade condicional ou regime semiaberto. De acordo com o grupo, a situação causa problemas no presídio de Imperatriz, dentre eles, superlotação. “Meu marido já deveria estar em regime semiaberto, mas estamos esperando uma documentação da justiça e até agora não liberaram”, relatou Natiane Feitosa.

Demandas dos membros também foram ouvidas. O promotor de justiça Joaquim Júnior, titular da 4ª Promoto-

ria de Justiça Especializada em Defesa do Idoso e da Pessoa com Deficiência, pede a criação da Vara do Idoso ou a atribuição para julgamento seja específica para apenas uma Vara em Imperatriz. “Nós já temos uma rede de amparo ao idoso formada, com a delegacia do idoso e a Promotoria de atuação nesta área. Mas os processos ainda são distribuídos para diversas Varas e seria apropriado uma especialização nesta área”, explicou o promotor. *(Iane Carolina / CCOM-MPMA)*

Iane Carolina (CCOM-MPMA)



***Evento foi realizado em parceria com as corregedorias
do Tribunal de Justiça e da Defensoria Pública***

Iane Carolina (CCOM-MPMA)



Defensoria Pública identifica irregularidades em Unidade Prisional de Carolina

Fotos: Divulgação



Em visita realizada recentemente à Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Carolina, a Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA) identificou várias irregularidades referentes às instalações do imóvel e às condições de custódia dos presos. Providências estão sendo buscadas junto a diversos órgãos para garantir a uniformização da unidade.

A visita foi realizada pelo defensor público Rodrigo Casimiro Reis, do Núcleo Regional de Balsas, e teve como objetivo averiguar o cumpri-

mento das disposições da Lei de Execuções Penais (LEP). Na ocasião, o defensor também prestou atendimento a 15 internos da unidade.

Irregularidades - De acordo com o relatório da ação, foi constatada a superlotação de quatro celas da UPR. Cada um dos compartimentos conta com quatro camas, mas abriga de 9 a 11 internos atualmente.

Foi verificado também que a unidade abrigava 43 internos, sem separação entre presos provisórios e definitivos e sem um espaço destinado à re-

alização de prática esportiva ou mesmo de trabalho, o que poderia viabilizar a remição dos presos já condenados.

Ainda durante a visita, também foi apurado que o local destinado ao banho de sol apresenta dimensões inadequadas. Segundo relato dos internos, o banho de sol seria realizado apenas duas vezes por semana, medida mais grave do que a prevista no Regime Disciplinar Diferenciado.

Diante das informações coletadas e apuradas, estão sendo buscadas providências junto aos órgãos competentes, como por exemplo a viabilidade de organização de mutirão carcerário com vistas a propiciar a redução de internos custodiados na referida UPR. Para isso, foram expedidos ofícios à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão, ao Juízo da Execução Penal da Comarca de Carolina e à Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça.

De acordo com o defensor

Rodrigo Casimiro, o ideal é que fosse construída uma nova UPR com infraestrutura semelhante à da unidade de Co-roatá. “Os presos estão recolhidos numa antiga delegacia que não oferece boas condições de trabalho aos agentes e nem viabiliza o cumprimento de pena conforme os ditames da Lei de Execuções Penais”, destacou.

O imóvel que hoje abriga a UPR de Carolina é uma das várias carceragens de delegacias da Polícia Civil que foram assumidas pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) e passaram a funcionar, oficialmente, como Unidade Prisional de Ressocialização (UPR).

Além da execução penal, o Núcleo Regional da Defensoria Pública em Carolina atua em áreas como cível, criminal, família e infância. O Núcleo funciona de segunda à sexta-feira, das 8h às 17h, na Av. Elias Barros, nº 1465 – Bairro Alto da Colina. (*Assessoria de Comunicação*)



Licitação

Será realizada, em agosto, a primeira licitação compartilhada do Estado na modalidade pregão eletrônico, o que marca o início da racionalização de custos para aquisição de bens e contratações de serviços em órgãos públicos.

Os participantes integram o Ecoliga criada em 2016 pelos tribunais de Justiça do Maranhão (TJ), Regional Eleitoral (TRE), Regional do Trabalho (TRT), Justiça Federal (TRF), de Contas do Estado (TCE), Ministério Público e universidades Federal (UFMA) e Estadual do Maranhão (Uema).

Imperatriz

CGJ, MP e DPE recebem demandas de juízes, promotores, defensores e advogados

DIVULGAÇÃO

Na tarde de quarta-feira (4), os corregedores gerais da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva; do Ministério Público Estadual, procurador Eduardo Hiluy Nicolau; e da Defensoria Pública Estadual, José Augusto Gabina de Oliveira, estiveram reunidos com cerca de 40 juízes, promotores de Justiça e defensores públicos de Imperatriz e comarcas próximas, que apresentaram as principais necessidades e dificuldades enfrentadas pelo sistema de Justiça da região.

O procurador Eduardo Hiluy Nicolau, autor da proposta, ressaltou que essa foi a primeira vez que os representantes das três Corregedorias receberam as demandas dos operadores dos órgãos de forma integrada, com o objetivo de avaliar de perto as problemáticas e discutir conjuntamente a busca de soluções. “Nosso objetivo é sair desse encontro com soluções que possam trazer melhores condições ao serviço prestado à população, a quem servimos”, frisou. Os magistrados, defensores e pro-



Durante reunião, corregedores receberam demandas de operadores do sistema de Justiça

motores elogiaram a iniciativa da reunião integrada e a oportunidade de exporem as dificuldades vivenciadas na região. Eles pediram apoio das Corregedorias para implementação de melhorias estruturais e relataram problemas como falta de espaço físico no Fórum de Imperatriz para suprir a demanda da comarca; insuficiência da capacidade da internet oferecida em algumas comarcas, dificultando a utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJe); aumento

da demanda processual e sobrecarga dos servidores; alterações de competências; e, principalmente, levantaram a necessidade de instalação de novas varas judiciais e comarcas, entre outros.

Os corregedores também reuniram-se com cerca de 20 advogados da região, que apresentaram as dificuldades em relação à atividade advocatícia. A vice-presidente da subseção de Imperatriz da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB),

Celma Cristina Baiano, relatou a necessidade da admissão de mais servidores nas comarcas da região tocantina, como Amarante e Montes Altos; instalação da segunda vara da Fazenda Pública, 5ª Vara Cível e comarca de Sítio Novo, já criadas; realização de mutirões na Turma Recursal de Imperatriz; e designação de juiz titular para a 4ª Vara Cível. “Confiamos que o atendimento desses reclames fortalecerá a presença do Judiciário na região, enquanto instituição de conceito na promoção da paz e justiça social”, pontuou. Os corregedores esclareceram algumas situações apresentadas du-

rante os encontros, afirmando que os pedidos, sugestões e reclamações serão levados ao conhecimento dos demais membros do Tribunal de Justiça, Procuradoria Geral da Justiça e Defensoria Pública Estadual, especialmente aos dirigentes respectivos. O desembargador Marcelo Carvalho Silva avaliou que o encontro entre os representantes das três esferas representa uma ação inédita, que possibilita a busca de soluções e sugestões por parte daqueles que lidam diariamente com as problemáticas das comarcas da região. “A Justiça, MP e DPE não estão isolados, fazemos parte do mesmo sistema e

estamos imbuídos com a mesma missão, que é oferecer à população o melhor serviço possível”, avaliou. Para o corregedor da Defensoria Pública, José Augusto Gabina de Oliveira, o encontro entre as três instituições, para debater as dificuldades e buscar soluções, representa um momento histórico na busca por melhores condições na prestação jurisdicional do Estado. “É um ato que engrandece a própria sociedade, pois todos somos servidores públicos e temos o dever de buscar melhores serviços e uma sociedade justa”, opinou.



TJMA inocenta Sebastião Madeira em ação de improbidade do MPE

..... **PÁG. 3 [C1]**

Tribunal de Justiça inocenta Sebastião Madeira em ação de improbidade do Ministério Público

Depois de duas sessões consecutivas de julgamento, que incluiu quórum ampliado da 1ª Câmara Cível, o Tribunal de Justiça do Maranhão julgou improcedente a ação de improbidade que pretendia tirar da vida pública o ex-prefeito de Imperatriz Sebastião Torres Madeira.

O TJ acatou a tese da defesa, e considerou legítimo o ato do então prefeito de Imperatriz que resultou na economia de gasto de dinheiro público, na rescisão de contrato de empresa concessionária de limpeza, acusada de maltratar funcionários e desrespeitar princípios constitucionais e garantias trabalhistas.

“A conduta do apelante Sebastião Madeira, ora quando rescindiu o contrato de concessão ora quando promoveu contrato de emergência, foi para atender ao interesse público, garantindo limpeza pública de qualidade e uma economia superior a 150 mil reais mensais aos cofres do Município de Imperatriz.

Acrescente-se que o apelante, a despeito da contratação de emergência, comunicou tal fato ao TCE, cujo órgão entendeu pela legalidade do feito extraordinário, o que, a um juízo de razoabilidade, corrobora com a inexistência de ato de



DIVULGAÇÃO

O ex-deputado e ex-prefeito Sebastião Madeira é inocentado pela Justiça em ação de improbidade

improbidade. Portanto, aquele que agiu prestigiando os princípios da Administração Pública, como fizera o Apelante Sebastião Madeira, protegendo o erário e respeitando os cidadãos da sua cidade Imperatriz não pode, à guisa de entendimento equivocado, ser penalizado, conduzido ao abate inerente a quem age, paradoxalmente”, arguiu o advogado Gilson

Ramalho de Lima, conquistando a absolvição do ex-prefeito.

ENTENDA O CASO

Ainda nos idos de 2009, quando do seu primeiro mandato de prefeito de Imperatriz, Sebastião Madeira, atendendo a clamor público e a uma série de denúncias formuladas contra uma empresa de limpeza contratada pelo gestor anterior, resolveu, ao final de procedimento administrativo,

rescindir o contrato de concessão, determinando a abertura de processo licitatório para uma nova contratação de serviços de recolhimento de resíduos sólidos. Enquanto corria a licitação, para não deixar a cidade entregue ao lixo e sua mazelas, Madeira autorizou, excepcionalmente, que o serviço fosse emergencialmente contratado.

Tempos depois, o Ministério Público de Imperatriz, motivado pela empresa descontratada, ajuizou ação de improbidade administrativa, cujo processo foi julgado procedente por uma juíza que respondia temporariamente pela Vara da Fazenda Pública. No primeiro julgamento, no Tribunal de Justiça do Maranhão, sem defesa, Sebastião Madeira foi condenado. O caso ganhou repercussão e a decisão foi anulada pelo próprio TJ.

Mais recentemente, por duas vezes consecutivas o caso foi submetido ao crivo do Tribunal de Justiça do Maranhão. Nesta quinta-feira (5), em decisão final, a Corte julgou improcedente a ação proposta pelo MP, por considerar que o ato praticado pelo então gestor de Imperatriz, de acordo com as provas dos autos, não configurou crime nem tampouco violou os princípios de probidade administrativa.

Kátia Persovisan

katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br

Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>

Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>



CONTEXTO

Homenagem

A Academia caxiense de Letras reuniu seus confrades, autoridades locais, intelectuais e parentes de Gentil Alves de Meneses para a cerimônia de inauguração da efígie sua homenagem. Gentil Meneses agora conta com destaque no salão nobre da casa de Coelho Neto, que já abrigava uma biblioteca que leva o seu nome.

O imortal homenageado in memória, ocupou a cadeira de número 18 da ACL e conta ainda com a presença de dois pares imortais filhos: Renato e Silvana. Gentil foi cronista, poeta e jornalista, com trabalhos publicados em diversos jornais impressos de circulação local, regional e nacional. A seguir algumas fotos do evento em sua homenagem.



Gentil Meneses, Renato, Janice, Silvana, Sofia e a mãe deles, com o Desembargador Arthur Almada Lima

Informe JP

Miudinhas

- O expediente no Poder Judiciário do Maranhão, hoje (6), será das 8h às 12h. Para atendimento das demandas urgentes, ficará em funcionamento o Plantão de 2º Grau, cujo contato é o (98) 98815-8344.
- Para atendimento das demandas urgentes, ficará em funcionamento o Plantão de 2º Grau, cujo telefone celular disponibilizado para contato é o (98) 98815-8344.

Justiça Cidadã

Programa de TV no sábado explica tudo sobre adoção

Os direitos e responsabilidades dos adotantes serão discutidos na edição de sábado, ao meio-dia, do "Justiça Cidadã", programa do Judiciário maranhense em parceria com a TV Assembleia (Digital, Canal 51.2 – TVN, Canal 17). O juiz da 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís, José Américo Abreu Costa, vai explicar como é possível integrar uma pessoa de outra origem à vida na nova família. Entrevistado por Heider Lucena e Amanda Campos, o magistrado vai contar quem pode e quem não pode adotar uma criança ou adolescente, como funciona o cadastro nacional de adoção, as campanhas, as

dificuldades e os direitos de um filho adotado. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mais de nove mil adoções foram realizadas no Brasil, nos últimos dez anos, e existem 8.700 crianças e adolescentes para adoção, atualmente. A edição de sábado traz, ainda, a terceira edição do Projeto Justiça Itinerante na região de Cururupu; os detalhes da 3ª Semana Estadual de Valorização da Mulher, com programação especial na cidade de Lima Campos; e o termo de cooperação assinado pelo Poder Judiciário e Governo do Estado, para viabilizar a destinação de objetos apreendidos.

Informe JP

De olho nos Leões

O presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado (Sindjus/MA), Aníbal Lins, encaminhou documento à presidente nacional do PT, senadora Gleisi Hoffmann, com cópia para o ex-presidente Lula, colocando o seu nome como pré-candidato a governador pelo PT.

Com o lançamento do nome de Aníbal, agora há um total de oito pré-candidatos ao Governo do Maranhão.

Além do próprio governador Flavio Dino, já se anunciaram como postulantes ao Palácio dos Leões a ex-governadora Roseana Sarney, o senador Roberto Rocha, o ex-deputado Ricardo Murad, a ex-prefeita de Lago da Pedra Maura Jorge, o professor Odívio Neto e Ramon Zapata.